

PROCESSO: 152300-9.2007.5.24.1 (RO) – Pleno

JUIZ RELATOR: NICANOR DE ARAÚJO LIMA

PUBLICAÇÃO: DO/MS Nº 628 de 22/09/2009

AÇÃO CIVIL PÚBLICA - ACORDO PARCIAL HOMOLOGADO POR SENTENÇA - RECONHECIMENTO PARCIAL DO PEDIDO - AMPLIAÇÃO DA TUTELA INIBITÓRIA. A ação civil pública de índole inibitória visa à prevenção de futuros ilícitos a partir de comportamentos perpetrados pelos demandados contrários à lei, que na espécie, diga-se, foram reconhecidos espontaneamente pelos acionados. A tutela, então, se justifica não pela prática do ilícito, mas, sim, pela probabilidade de sua reiteração. Como os demandados se comprometeram a não mais violar a norma jurídica por meio de instrumentos coletivos, a vedação deve atingir todo e qualquer ato coletivo que os réus possam firmar entre si, bem assim com terceiros. **É ilógico admitir que a proibição fique restrita a futuros acordos coletivos subscritos entre apenas e tão-somente os acionados, pois se a conduta é ilícita entre eles, é evidente que será ilícita também se firmada com outros entes.** Recurso ordinário provido para ampliar a tutela inibitória. Recurso ordinário provido, por unanimidade.

ACORDAM os Desembargadores do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Vigésima Quarta Região, por unanimidade, aprovar o relatório, conhecer do recurso ordinário e das contrarrazões e, no mérito, dar-lhe provimento para condenar os réus na obrigação de não fazer, consistente em abster-se de incluir em futuros instrumentos coletivos firmados com outros entes sindicais ou empresas as cláusulas que prevejam o parcelamento dos dias destinados ao gozo de férias em dois ou mais períodos ou que autorizem qualquer tipo de desconto dos salários dos empregados não sindicalizados, sob pena de multa de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) a cada um dos réus, a ser revertida em favor do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, julgando, em consequência, procedente o pedido formulado nesta ação coletiva, nos termos do voto do Desembargador Nicanor de Araújo Lima (relator). Ausentes, por motivo justificado, os Desembargadores Abdalla Jallad e João de Deus Gomes de Souza. Em consequência, julgo procedente o pedido formulado nesta ação coletiva. Custas pelos réus, no importe de R\$ 300,00 calculadas sobre o valor de R\$ 15.000,00, ora arbitrado à condenação. Navirai, 11 de setembro de 2009.